

Ensino Remoto: contexto, consequências e desafios

Henrique Pereira Braga⁽¹⁾



(1) Professor do Departamento de Economia da Ufes. Coordenador do Grupo de Estudos em Pensamento Econômico e Teoria Social/Ufes e do Subgrupo de Política Monetária e Inflação do Grupo de Conjuntura/Ufes. Pesquisador associado do NIEP-Marx/UFF e do GEPOC/UFF.

Em primeiro lugar, agradeço ao PET-Economia/Ufes pelo convite para escrever sobre o “Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial” (EARTE), mais conhecido como “ensino remoto”, que foi implementado na Ufes em setembro de 2020.

Neste texto, ofereço aos leitores um olhar sobre o ensino remoto a partir da minha experiência como Coordenador do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, durante junho/2019 e junho/2021, e professor, tanto para turmas iniciais quanto para turmas finalistas, do curso de graduação em Ciências Econômicas da Ufes. Como coordenador do curso, participei da comissão, designada pela direção do CCJE em junho de 2020, para colher sugestões da comunidade acadêmica deste centro para a

elaboração de um “Plano de Contingência” para a pandemia da Covid-19, tendo como referência principal o “Plano de Biossegurança” elaborado pelo Comitê Operativo de Emergência para o Coronavírus da Ufes (COE-Ufes)⁹⁶. Naquele contexto, a administração central da Ufes procurava responder à demanda tanto de setores internos à Universidade quanto das instâncias superiores, exigindo uma forma de retomada das atividades de ensino. Da parte das instâncias superiores, pode-se deduzir que, amparado pelas revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, um retorno presencial das atividades de ensino estava no objetivo destes órgãos, haja vista a aposta do governo federal na chamada “imunidade de rebanho” – aposta essa, como de conhecimento de todos, sem qualquer fundamentação científica – que conduziu o país a subestimada cifra de mais de 500 mil mortos. Diante das circunstâncias, a administração central da Ufes mobilizou as instâncias responsáveis pelo ensino de graduação e pós-graduação para sugerirem uma forma de retomar as atividades de ensino sem colocar em risco a vida dos membros da comunidade universitária. Essa resposta culminou com a criação do EARTE.

Passados dois semestres desta modalidade de ensino, cabe parabenizar o esforço da universidade para prover internet e equipamentos de informática para os estudantes assistidos, bem como o empenho da comunidade em se adaptar a essa nova forma

⁹⁶ Ver “Plano de Biossegurança da UFES em tempos de COVID-19” e “Plano de Contingência da UFES em tempos de COVID-19”.

de aprendizagem. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que o ensino remoto traz consigo problemas sérios para a comunidade universitária. Neste espaço, destaco dois destes problemas: a elevação da desigualdade nas condições de ensino-aprendizagem e a unidimensionalização da experiência universitária.

Essa modalidade de ensino, a meu juízo, amplia a desigualdade no aprendizado, uma vez que está baseada nas condições de vida de cada pessoa envolvida – seja ela estudante, professor ou técnico administrativo. Num país extremamente desigual como o Brasil, boas condições de estudo e trabalho são, para dizer o mínimo, acessíveis para pouquíssimas pessoas. Alguém pode argumentar que, no ensino presencial, também há desigualdade pelos mesmos motivos nas condições de ensino-aprendizagem. Contudo, parte destas condições são compartilhadas, de forma que os estudantes convivem na mesma sala de aula, acessam a mesma biblioteca, dispõem do mesmo restaurante universitário etc. Ainda que não sejam condições ideais, cuja melhoria os estudantes, professores e técnicos-administrativos podem lutar coletivamente para alcançar, há uma parcela da jornada de estudo/trabalho que desfrutará de condições mínimas para a sua execução. No ensino remoto, não há qualquer garantia para tais condições, reinando a particularização dos problemas e, por conseguinte, conduzindo a soluções igualmente particulares⁹⁷.

⁹⁷ Correndo o risco de “chover no molhado”, não custa lembrar que essa é uma das características do chamado “neoliberalismo” que, num síntese, é a cosmovisão hegemônica no capitalismo contemporâneo, de forma que, desenraizados de laços de solidariedade, nos relacionamos como um ativo em busca da valorização de si mesmo e, por isso, as relações são reduzidas a momentâneos “engajamentos”. Para mais sobre esse tema, ver Pierre Dardot & Christian Laval (2009), Eduardo Mariutti (2019) e Vladimir Safatle et al (2020).

Ainda não se tem dimensão do resultado dessa maior desigualdade de ensino-aprendizagem sobre a comunidade universitária. Entretanto, os relatos sobre evasão são muito preocupantes. O que pode sinalizar um esvaziamento do ensino superior, já reforçado por outras dinâmicas próprias das sociedades capitalistas – como o desemprego estrutural – que, nos contextos de subdesenvolvimento, são ainda mais aguçadas e que não podemos aprofundar por aqui. Contudo, somente depois de retomada a atividade presencial é que será possível dimensionar o tamanho da evasão.

Outro aspecto que observamos no ensino remoto é a unidimensionalização da experiência universitária. Confinados à sala de aula virtual, professores e estudantes estão privados das experiências que fazem da vida acadêmica uma vida universitária – no sentido completo da palavra. Não digo, com isso, que todos os professores e estudantes vivenciam descobertas, promovam e participem de palestras, construam laços de amizade e, por fim, produzam conhecimento, das mais variadas formas, no campus. O que chamo a atenção do leitor é para a ausência desta possibilidade com o ensino remoto, de modo que o conceito de universidade é colapsado com o conceito de ensino (remoto), ao serem interditas outras experiências universitárias. Limitados à virtualidade, os participantes do ensino remoto conseguem, na melhor das hipóteses, estabelecerem contatos frívolos, reforçando suas redes de conhecimento estabelecidas pré-pandemia – algo reforçado pelos algoritmos, que medeiam nossas relações virtuais⁹⁸.

Por conta da ausência (deliberada) de uma campanha de vacinação em massa, a continuidade dessa unidimensionalização da experiência universitária poderá ter consequências deletérias sobre a formação dos

⁹⁸ Não há como desenvolver esse aspecto aqui. Para tanto, recomenda-se a leitura de Evgeny Morozov (2018) e Fernanda Bruno et al (2019).

estudantes e sobre a prática universitária dos professores. Para os estudantes, a universidade poderá se transformar no que um discente sugeriu em uma aula, num “ensino médio piorado e mais difícil” e, para os professores, a memória sobre as práticas anteriores de produção de conhecimento pode ser perdida, restando uma produção ensimesmada – no limite, um desconhecimento, porque conhecimento é, por suposto, produzido junto ao outro e não confinado em si mesmo.

Neste ano letivo de 2021, a permanência do ensino remoto está condicionada por vários fatores. Do ponto de vista humanista, não há condições de retornar às atividades universitárias presenciais sem o avanço da campanha de vacinação brasileira até a maioria dos jovens em idade universitária⁹⁹. Entretanto, esse processo está lento, não porque a infraestrutura de saúde seja precária no Brasil; ao contrário, o SUS é reconhecido por sua cobertura e capacidade de vacinação em massa – além dos procedimentos de alta complexidade que subsidiam os planos privados de saúde. O maior problema da lentidão da vacinação foi a demora na compra de vacinas que, como estamos vendo nos últimos meses por meio do levantamento da CPI da Covid, poderiam ter sido entregues com muito mais celeridade.

Minha maior preocupação no momento é que o ponto de vista humanista está totalmente fora de moda neste Brasil dos anos 20. E, por conta disso, ele poderá ser substituído por uma forma presencial de vida universitária na qual muitos estarão amedrontados pelo contágio do vírus, conformando uma experiência precária e violenta de universidade. As consequências disto são, ainda, imprevisíveis. Por ora, nos resta lutar para que possamos voltar ao ensino presencial apenas com a vacinação de todos os alunos; e, também, nos resta continuar fazendo

o possível para que o ensino remoto não seja um ensino médio mais difícil.

Referências

- BRUNO, Fernanda et al. (Ed.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CONSELHO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (UFES). **Resolução nº. 30/2020**. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/file/anexo/resolucao_no_30.2020_-_cepe_-_adota_e_regulamento_o_earte_0.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- CONSELHO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (UFES). **Resolução nº. 31/2020**. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/file/anexo/resolucao_no_31.2020_-_calendario_especial_0.pdf#overlay-context=resolucoes-de-2020-cepe>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MARIUTTI, Eduardo. **Estado, Mercado e concorrência**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Número 54 (set 2019 - dez 2019), pp.9-33, 2019.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Ed.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Contingência da UFES em tempos de COVID-19**. 2ª Edição ampliada e revisada. Julho de 2020. Disponível em: <https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/planocontingencia_2aed_v1a_2.pdf> . Acesso em: 17 jul. 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Biossegurança da UFES em tempos de COVID-19**. Maio de 2020. Disponível em: <<https://ufes.br/sites/default/files/anexo/planobi>

⁹⁹ Aliás, algo previsto na página 32 do próprio “Plano de Contingência” da UFES.

[osseguranca_classic_v2d_0.pdf](#)>. Acesso em: 17 jul. 2021.